

Os Estudos Brasileiros do Negro¹

EDISON CARNEIRO
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

Tão mal andavam os estudos brasileiros acerca do negro que, ultimamente, estavam chegando ao mais completo abandono, talvez devido à falsa suposição de que já não seria possível dizer do negro coisa alguma de novo ou de útil. Este era, aliás, o resultado lógico do rumo que, desde o começo, tomaram esses estudos entre nós.

Duas atitudes fundamentais presidiram, até agora, a atividade científica neste setor. Veio de Sílvia Romero, em 1888, já às vésperas da República, a desesperada e ansiosa advertência de que o negro era, não apenas uma besta de carga, mas “um objeto de ciência”. Somente um erudito lhe deu ouvidos - o grande Nina. Foi tão poderoso o impulso inicial de Sílvia Romero que os estudos do negro se endereçaram mesmo, de acordo com as suas palavras, a buscar a África nas cozinhas brasileiras - a buscar as sobrevivências africanas. Não se procurou ver o negro na sua realidade *presente* nem os mecanismos com os quais assumia os estilos de vida da nossa gente, mas o *africano*, um elemento estranho, com ideias, aparência e hábitos estranhos. O interesse pelo negro, assim, teve por motivo os aspectos ornamentais, pitorescos, anedóticos, da sua atividade. Este foi o vício principal da obra de Nina Rodrigues, que, desde o seu primeiro livro, esperava dar uma contribuição “*au vaste problème de l'influence sociale exercée par les races noires au Brésil*”. Não foi outro o defeito da obra de Arthur Ramos, aliás amenizado pelas observações da crítica e pelas exigências do tempo. E isto ele mesmo o admitiu. ao escrever que os pesquisadores brasileiros do negro tiveram em vista “principalmente o estudo dos africanismos aqui sobreviventes, para a tentativa de compreensão da personalidade cultural do homem negro no Brasil”. A busca da África redundou em algo mais pernicioso e prejudicial, a longo prazo, para estes estudos. Como era de esperar, partindo da premissa de que o negro era um estrangeiro, os nossos estudiosos foram encontrá-lo, de preferência,

1 Publicado In: CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos - Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2019. (1a edição Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964).

naquelas das suas manifestações de vida mais caracteristicamente africanas, e com especialidade nas suas religiões - um dos alvos da análise científica proposta por Sílvia Romero. Se o campo de estudo, através deste artifício, se tornava diminuto, a especialização e o aprofundamento da exegese o reduziram mais ainda, a ponto de qualquer estudo novo ter, inevitavelmente, para o leitor, um acentuado sabor de repetição. Estas duas atitudes - a de considerar o negro um estrangeiro e a preferência pelas suas religiões - desgraçaram os estudos do negro.

Nina Rodrigues foi levado a interessar-se pelo negro em virtude dos seus estudos acerca das “imunidades mórbidas” das etnias brasileiras e das “suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal”. Deste modo, inaugurava-se a era da medicina legal - a tendência a considerar o negro como um doente ou como um débil mental - a da psiquiatria. Foi por este caminho que Arthur Ramos se iniciou nos problemas do negro e, para avaliar a importância que lhe deu, basta ler o capítulo que dedicou à possessão. Por sua vez, no Recife, alguns especialistas, reunidos em torno de Ulisses Pernambucano, levaram mais longe esta tendência secundária, pesquisando vários aspectos da vida do negro, inclusive os xangôs locais, no quadro da assistência a psicopatas. Tão óbvio é o erro desta abordagem do problema que me dispense de comentá-lo.

Só agora tentamos uma reviravolta - encarar o negro como um ser vivo, atuante, *brasileiro*, em todos os aspectos do seu comportamento na sociedade. Ou seja, não apenas o legado da África, mas a contribuição que o negro deu no passado e está dando no presente à conformação da nacionalidade, do ponto de vista dos variados processos que o levaram à nacionalização, à aceitação dos valores sociais que identificam o nosso povo. E aqui, onde a etnologia falhou, por haver isolado o negro à feição dos microbiologistas, temos agora, talvez, a ajuda da sociologia, a partir da intervenção da UNESCO neste campo semi-abandonado de estudos.

*

Bem entendido, não pretendo exagerar os méritos da investigação patrocinada pela UNESCO. Em primeiro lugar, o fim visado, interessante do ponto de vista mundial, seria de importância mais do que discutível em plano nacional - se não estivéssemos, no momento, na situação que tentei esboçar, embalados pela falsa suposição de que tudo já estava feito em relação ao negro. Por exemplo, há alguns anos (1942), Donald Pierson tentou uma pesquisa semelhante - e o seu livro (*Branços e pretos na Bahia*), que talvez tenha algum interesse para os americanos, não impressionou ninguém. E, em segundo lugar, a pesquisa da Unesco não resolve a questão fundamental que deveria ter norteado todos os nossos trabalhos desde o começo - os processos gerais e particulares, passados e presentes, de adaptação do negro ao tipo de civilização que se desenvolveu no Brasil.

Duas circunstâncias benéficas marcam a pesquisa da UNESCO. Uma delas foi comissionar o estudo do problema do contato racial, com especial referência no negro, a cientistas que de modo algum haviam mostrado interesse, anteriormente, neste campo. Também eu, Roger Bastide e René Ribeiro participamos da pesquisa - eu em qualquer coisa como 1% do trabalho na Guanabara. Etnólogos como Florestan Fernandes, perito em problemas de organização social dos amigos habitantes do país, ou como Tales de Azevedo, que tem estudado a evolução das populações nacionais sem esta preocupação de cor, foram envolvidos pela pesquisa. Um sociólogo do porte de L. A. Costa Pinto, que já havia tomado posição de destaque ante o problema das relações de raças, constitui uma aquisição positiva. Outro benefício foi a atualização da pesquisa, e secundariamente a sua repartição por três centros urbanos do nosso país. Além do valor documental, que seria desnecessário acentuar, a necessidade do trabalho pôs os cientistas em contato com o mais vasto material humano já reunido em estudos acerca do negro e, por esse meio, em contato com os seus problemas. Em suma, formou novos quadros - e os seus nomes estão hoje ligados à série não muito numerosa de pesquisadores do negro.

Nem sempre concordarei com os métodos nem com os instrumentos de análise empregados, e certamente considero sem maior relevância os resultados obtidos. Talvez somente L. A. Costa Pinto tenha examinado, em toda a sua multifacetada dinâmica, as condições gerais e especiais em que se desenvolve a existência do negro. Das panes da pesquisa correspondentes a São Paulo (*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*) e à Bahia (*Les élites de couleur dans une ville brésilienne*), ressent-se, a primeira, da acentuada disposição a encarar o assunto do ponto de vista meramente individual, de reação contra situações sociais não muito bem caracterizadas, e a segunda se refere somente aos aspectos formais do preconceito, sem descer à análise dos fatos na sua essencialidade. Alguns jovens pesquisadores americanos, sob a direção de Charles Wagley (*Race and class in rural Brazil*), também deram o seu *palpite* nesta questão - sem nada acrescentar ao conhecimento do negro brasileiro.

Embora acadêmica, e até certo ponto ociosa, do ponto de vista nacional, a pesquisa trouxe benefícios. Tanto por ampliar o quadro dos pesquisadores do negro como por situar na atualidade o seu campo de interesse, numa investigação que nenhuma instituição nacional se abalancaria a financiar - a UNESCO talvez tenha modificado de alguma sorte as perspectivas de estudo científico dos problemas do negro.

Pouca coisa está feita - e menos ainda feita a contento.

Os estudos do negro se têm restringido às religiões e, parcialmente, ao folclore e à culinária. Lateralmente, alguns trabalhos de história foram publicados. Esta

orientação geral vem, sem dúvida, de Nina Rodrigues, mas também deve alguma coisa a Manuel Querino. Com Arthur Ramos operou-se uma mudança de interesse - a *cultura* era a coqueluche dos antropólogos - mas não de orientação.

Cabe a Nina Rodrigues o haver iniciado o estudo científico do negro brasileiro. Pouco depois da advertência de Sílvio Romero, aparecia o seu *Animismo fetichista* (1896) e, quando a morte o surpreendeu, deixara pronta, embora infelizmente só se encontrasse parte dela, uma obra monumental a que deu o ambicioso título de *Os africanos no Brasil*. Este livro, que teria tido enorme repercussão científica na sua época, mesmo que publicado fragmentariamente como agora, ficou fora de circulação até 1932, quando Homero Pires o fez editar. Os poucos que, entre 1906 e 1932, respectivamente data da sua morte e da publicação de *Os africanos no Brasil*, se ocuparam com o negro - como o padre Étienne Brasil, João do Rio e, por incumbência do Instituto Histórico, Afonso Cláudio e Braz do Amaral - realizaram os seus trabalhos independentemente, ora cometendo erros já elucidados por Nina, ora estabelecendo confusões que não teriam mais razão de ser, depois de lido o seu livro. Com *Os africanos no Brasil*, Nina declaradamente pretendia estabelecer um dos “preliminares” do problema.

Os estudos do negro, embora sem este caráter científico, deviam prosseguir com o negro baiano Manuel Querino, cuja intenção era exaltar o papel do colono africano na formação nacional. Há duas observações interessantes a fazer. Logo às primeiras linhas do seu livro sobre *A raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916) está uma advertência de frei Camilo de Monserrate, semelhante à de Sílvio Romero; e, sem ter ideia da direção em que se orientavam os estudos científicos, Manuel Querino explorou os mesmos caminhos trilhados por Nina - as religiões, o folclore, a história - e lhes acrescentou apenas o da culinária de inspiração africana.

Logo cedo - ainda na fase da psiquiatria e da medicina legal - viu Arthur Ramos que a abordagem de Nina, baseada nas teorias pseudocientíficas de Lombroso e Ferri, não passava de um erro, um erro do tempo, porém, por outro lado, não teve serenidade bastante para entender que a psicanálise, de que tanto se valeria, era um erro do mesmo grau, e com o mesmo caráter pseudocientífico. Foi esta teoria, uma diversão da psiquiatria moderna, o instrumento com que tentou interpretar as religiões e o folclore de negro brasileiro. Provavelmente, já na segunda tentativa, deve ter sentido as deficiências desta análise, pois daí em diante vemo-lo abandoná-la progressivamente até divorciar-se dela completamente na *Introdução à antropologia brasileira*. Felizmente, com a psicanálise, Arthur Ramos abandonou alguma coisa mais - e as suas últimas obras são o começo de uma nova era de prestígio nos estudos do negro. Já não lhe interessavam somente aqueles aspectos mais singulares do negro no Brasil. Tentou avaliar a bagagem cultural do negro ao chegar ao nosso país e, por esse meio, em comparação com

o que dela resta, fazer o balanço da sua influência nos costumes nacionais. Não pôde, entretanto, compreender como, desse contato de culturas, resultara afinal a situação em que se encontra o país do ponto de vista da sua civilização - ou seja, o processo de integração do negro à sociedade nacional. Para usar a sua própria expressão, não soube o que fazer com “a personalidade cultural” do negro, que os seus estudos deveriam compreender.

Não se afastaram, em geral, desta ordem de ideias os trabalhos de Nunes Pereira e de Otávio Eduardo no Maranhão, de René Ribeiro e de Gonçalves Fernandes em Pernambuco, de Carlos Galvão Krebs no Rio Grande do Sul e de Abelardo Duarte em Alagoas. Eu mesmo não pude fugir à correnteza nos primeiros tempos, mas creio ter destruído o esoterismo dos estudos do negro com o meu *Candomblés da Bahia*, escrito com a intenção declarada de servir à compreensão e à fraternidade entre os brasileiros.

Os cientistas estrangeiros que se voltaram para o negro acharam-se perfeitamente em casa, em relação à orientação que governava estes estudos. Embora Ruth Landes não tivesse podido publicar a memória científica que as suas pesquisas o permitiram fazer, e tivesse de usar o material recolhido para compor um livro de impressões de viagem, o seu *The City of Women* pôde enquadrar-se bem na lista de estudos da “escola baiana” de invenção de Arthur Ramos, como os seus notáveis artigos acerca dos orixás e do homossexualismo nos candomblés. Não se pode dizer outra coisa dos trabalhos de Herskovits, tanto os referentes à Bahia como os que dizem respeito a Porto Alegre. Se quisermos acrescentar à lista o nome do cineasta Clouzot, veremos que o seu depoimento sensacionalista, sem a chancela da verificação científica, em nada se afasta do rumo geral que seguiam os estudos brasileiros do negro. E, afinal, esteve recentemente na Bahia o italiano Carlo Castaldi, a fim de estudar os candomblés de caboclo da ilha de Itaparica do ponto de vista psicanalítico.

*

No entanto, a despeito de tantos livros e artigos, muita indagação fundamental ficou sem resposta.

Por exemplo, como e por que os deuses de Oiô sobrepujaram aqui os deuses nacionais do povo de Iorubá e, mais ainda, apagaram a memória dos vários deuses tribais dos demais povos africanos chegados com o tráfico? Até que ponto os sistemas de parentesco das tribos nativas da África são responsáveis pela permanência dessas religiões? Como explicar a necessidade de deuses “indígenas” nas religiões do negro brasileiro? A macumba carioca ainda não teve um pesquisador à altura da sua importância. Somente os espíritas se interessaram por este problema. Nenhuma das religiões do negro, porém, terá tanta sedução

para o etnólogo, em face das questões que sugere. Como vieram as religiões do negro a fundir-se na macumba? Quais os vários fatores que lhe deram a sua atual fisionomia e em virtude de que circunstâncias consegue a macumba estender a sua influência a todas as camadas sociais?

A situação piora quando passamos das religiões para o folclore. Arthur Ramos tentou sistematizar o folclore do negro, que Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Manuel Querino e Silva Campos já haviam parcialmente explorado. Não teve êxito, porém. Para muitas das manifestações folclóricas do negro precisou dar interpretações forçadas, que não convencem, e a muitas outras nem sequer se refere. Um exemplo curioso. Um conterrâneo seu, o folclorista Théó Brandão, publicou um ensaio muito original, segundo o qual o auto dos cabocolinhos alagoanos seria, não de inspiração indígena, como se supunha até agora, mas negra. Se estivesse mais habilitado em folclore, Arthur Ramos certamente não teria desprezado este exemplo de “sobrevivência”, de “influência” e de “aculturação” do negro! E o folclore do negro continua à espera do seu intérprete.

Quanto à culinária, Sodré Viana e Darwin Brandão se limitaram a repetir o velho Manuel Querino, embora com certa dose de pesquisa pessoal. Ou seja, uma simples enumeração de receitas de doces e quitutes. Como surgiram estas comidas? A que circunstâncias devem elas o seu aparecimento? Que função desempenham na sociedade atual?

Estas, e muitas outras questões, não foram respondidas.

*

Temos de reconhecer que nem toda a culpa cabe aos etnólogos.

O estudo científico dos problemas do homem brasileiro está na infância. Lutamos ainda com enormes lacunas no conhecimento do nosso país e, se às vezes a bibliografia é vasta, nem sempre se reveste dos necessários requisitos para ser considerada fidedigna e útil. Estamos às cegas em muitos problemas e, em quase todos, o estudo científico precisa começar pelo reexame do material disponível - a partir da exatidão dos dados primários.

Nina Rodrigues não se fazia ilusões, neste particular. Eis como via os óbices que teria de encontrar:

Problema de sua natureza complexo em extremo, ainda virgem, aqui de contribuições elucidativas, difícilíssimo de observação num país governado sem estatísticas, demandando investigações em domínios das mais variadas competências, é indubitável que nos achamos ainda

muito longe de poder sobre ele emitir juízos definitivos, suficientemente fundamentados.

Poderemos, atualmente, dizer outra coisa?

*

Não temos o auxílio da história nem das ciências afins.

A literatura de interesse social dos tempos da monarquia se importou apenas com o problema do escravo, e não do negro. À exceção de alguns viajantes estrangeiros, que não tinham porque fechar os olhos à realidade, os escritos do tempo discutem os males do tráfico ou da abolição, quase sem qualquer referência útil ao negro como ser humano, como membro de uma tribo, como parte da sociedade. Não se expunham os assuntos para conhecimento do público, pois o objetivo desses inumeráveis folhetos era a discussão das ideias básicas em que assentava a escravidão. O mais conhecido dos trabalhos dedicados à escravidão, o grande livro de Perdígão Malheiro, não traz qualquer ajuda à recomposição da vida do negro - e não passa de uma discussão geral das várias medidas legais tentadas para minorar os sofrimentos do escravo. O livro consagrado por Joaquim Nabuco ao abolicionismo não foge a esta regra. Embora discuta casos concretos, e muitas vezes com dados importantes para um estudo ulterior, nota-se que Nabuco argumentava com fatos conhecidos de todo mundo para deles tirar o ensinamento que desejava. Discutia-se em tese - e, naturalmente, o escravo não era o nagô ou o angolense, mas tão somente o escravo. Depois do Treze de Maio, houve como que o desejo de apagar a memória da escravidão. Lá está no hino

Nós nem cremos que escravos outrora
tenha havido em tão nobre país...

e é normal encontrar, nos escritos dos pensadores, trechos como este, do velho baiano J. F da Silva Lima (1906):

Abstenho-me de mencionar aqui os bárbaros castigos do tronco, na cidade, e do carro e vira-mundo, nos engenhos e fazendas, com que eram cruelmente punidos os escravos, poupando a mim o desgosto de referir, e ao leitor moderno a repugnância de conhecer os horrores da escravidão, que tão profundamente aviltou o trabalho, corrompeu os costumes e a moral nas famílias, até a própria linguagem, deixando na nossa história uma nódoa negra, que jamais apagarão a esponja do tempo e a reabilitação social no presente século e nos que se lhe seguirem. Afastemos da nossa vista este quadro sombrio de iniquidade, de misérias, e de crimes de lesa-humanidade.

Uma escusa muito cômoda, ultimamente, tem sido a destruição dos documentos do tráfico, nos primeiros dias da República. Em verdade, porém, há todo um manancial de documentos que necessita de interpretação histórica - documentos que, estudados na sua relação com os acontecimentos gerais de cada localidade ou região, poderiam trazer boa contribuição ao entendimento dos problemas do negro. E, de qualquer maneira, os documentos incinerados pelos ardores abolicionistas referem-se apenas ao tráfico. Nina Rodrigues, responsável pela vulgarização da portaria de Rui Barbosa, mostrou, com o seu próprio exemplo, no caso das insurreições malês, quanto se pode fazer sem esses papéis oficiais. Em torno de Palmares correram as mais variadas lendas até que Ernesto Ennes (1938) publicasse o material existente no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. Somente o velho Alfredo Brandão se deu ao trabalho de pesquisar pessoalmente o assunto - o que lhe deu a possibilidade de vislumbrar a verdade sobre o quilombo (1934). O escritor baiano Walfrido Moraes dedicou dois ensaios à posição do negro em relação ao fisco, nos tempos da escravidão, valendo-se da vasta documentação a que teve acesso como funcionário do Imposto de Renda estadual. Por coincidência, ao Congresso do Negro Brasileiro (1950) foram apresentadas duas pequenas monografias que tratavam do mesmo tema - escravidão e abolição - em âmbito municipal, uma excelente, de Oracy Nogueira, referente a Itapetininga (São Paulo), e outra de Luís Pinto, que dizia respeito a Areia (Paraíba). Não preciso lembrar aqui as excelentes contribuições à história que são *O negro no planalto*, de Ciro de Pádua, e *O negro na Bahia*, de Luís Viana Filho. Estes exemplos mostram quanto se poderia fazer, neste campo, no sentido de reconstituir as várias etapas vencidas pelo negro em contato com a sociedade brasileira.

Já que não dispomos de monografias, de modestos estudos regionais, falta-nos segurança para realizar análises em plano nacional. E estas análises estão atrasadas em cerca de cinquenta anos. Muitos problemas históricos estão ainda por elucidar. Como se processou, por exemplo, a passagem do negro, de escravo a cidadão? Quais as etapas dessa transformação? Em que medida estava o negro preparado para a liberdade? Qual a importância da contribuição do escravo para liquidar com a escravidão?

Sem a ajuda da história, o etnólogo está desarmado e, para suprir esta falta, não tem outro remédio senão improvisar-se, de algum modo, em historiador - uma circunstância que não honra a história nem acrescenta qualquer mérito à etnologia.

Das línguas faladas pelas várias tribos aqui chegadas não há estudos dignos de menção especial. A sugestão direta de Sílvia Romero não mereceu, no referente às línguas africanas, a mesma atenção dispensada às religiões do negro.

O capítulo dedicado ao problema por Nina Rodrigues, embora escrito apenas como um levantamento da situação, continua sendo o melhor. É deficiente o

ensaio de Renato Mendonça, que só considera a língua dos bantos, e não sei mesmo que adjetivo mereça o de Jacques-Raimundo. São ambos falhos, parciais, inconsistentes, direi mesmo pueris. Fora disto há apenas alguns vocabulários - um de Rodolfo Garcia, que de nagô só tem o título, outro de Dante de Laytano, referente ao Rio Grande do Sul, e um meu, para a linguagem especial dos candomblés da Bahia.

Tudo isto é muito pouco - mesmo contando os capítulos dedicados por linguistas e filólogos à influência do negro na língua portuguesa.

Não houve, até agora, quem se dispusesse a uma pesquisa de maior vulto. Por exemplo, de que maneira essas línguas africanas ajudaram no processo de aceitação da língua portuguesa? O nagô, o jeje e o quimbundo, nas variantes de Angola e do Congo, são ainda línguas de uso corrente na Bahia; o nagô e o jeje estão vivos nos xangôs de Pernambuco e no tambor do Maranhão; são inúmeros os apelativos e os topônimos quimbundos em todo o país. Mas quem se abalçou a estudar estas línguas na sua importância social, nas suas relações com a língua portuguesa, na contribuição que elevem ter dado para a formação dos caracteres distintivos do nosso povo?

Somente uma pesquisa - a de Aires da Mata Machado Filho de referência a *O negro e o garimpo em Minas Gerais* - pode ser apontada como tendo pelo menos aflrado muitos destes aspectos mais particulares das línguas africanas.

O enriquecimento que essas línguas trouxeram ao português falado no Brasil está a exigir maior (e melhor) dose de interesse dos especialistas.

Menos ainda do que em etnologia fizemos no campo da antropologia física.

Nina Rodrigues deu o primeiro passo - o estudo dos índices osteométricos dos membros para a identificação de negros (1904) - e, depois de trinta anos de *dolce far niente*, alguns trabalhos vieram à luz, por ocasião do Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Dentre esses se destacam as verificações de Bastos de Ávila de referência ao índice de Lapique - uma investigação conscienciosa e segura. Dos outros direi apenas que Leonídio Ribeiro, Waldemar Berardinelli e Isaac Brown se juntaram para estudar o tipo biológico de negros e mulatos em 338 indivíduos; Ulisses Pernambucano, Arnaldo di Lascio, Jarbas Pernambucano e Almir Guimarães mediram 1.306 componentes da população do Recife; e Geraldo de Andrade fez uma "nota" antropológica sobre 30 mulatos de Pernambuco. J. Robalinho Cavalcanti estudou a longevidade e o recém-nascido, respectivamente no Hospital de Psicopatas da Guanabara e na Maternidade do Recife, e Abelardo Duarte procurou estabelecer os grupos sanguíneos do negro.

Não preciso dizer que isto é pouco, é mesmo nada, em comparação com o que devia e podia ser feito no setor de antropologia física.

Os últimos trabalhos neste campo são o de Maria júlia Pourchet acerca da criança de cor na Bahia (1939) - um total de 115 fichas - e a recente investigação do Instituto de Pesquisas Educacionais quanto ao desenvolvimento físico do escolar na Guanabara, compreendendo indivíduos de ambos os sexos mestiços, pretos e brancos (1.800 fichas para cada grupo) de 7 a 15 anos de idade, com ênfase sobre média, amplitude de variação e desvio-padrão ("Boletim" do IPE, nº 1, 1953).

Não se vejam, nestas considerações, o mesquinho desejo de diminuir o esforço alheio nem, menos ainda, o de ofender ninguém.

Muitos dos trabalhos mencionados, se considerados individualmente, são dignos de leitura e honram a ciência brasileira. E todos eles, cada qual na sua esfera, e na medida em que representam pesquisa e observação pessoais, serão uma boa ajuda ao entendimento de problemas particulares do negro, seja qual for a orientação que tomem os estudos correspondentes.

Encaro-os aqui numa perspectiva mais geral, a fim de aquilatar de que maneira têm servido à ciência - à ciência como forma superior de conhecimento da realidade e, portanto, de influir sobre ela - e às necessidades fundamentais do nosso país. Desse ponto de vista, temos de convir em que estes estudos não puderam escapar à sobrecarga emocional que qualquer das questões do negro naturalmente traz e, em consequência, em vez de contribuir para a boa solução dos problemas do nosso povo, estimularam ideias e sentimentos acientíficos e anticientíficos que redundaram na produção de conflitos fictícios e indesejáveis.

Ao pouco rendimento que têm dado os estudos do negro junta-se mais esta tristeza - a do mal que da sua orientação geral adveio ao país, quando traduzida em termos populares.

*

O pouco que temos feito, e especialmente da maneira por que o fizemos, teve um reflexo desastroso na opinião pública.

Neste ponto, cabe falar dos Congressos Afro-Brasileiros, que inauguraram a estação de espetáculos do negro. O primeiro deles, no Recife (1934), chegou mesmo a reunir-se no Teatro Santa Isabel. Embora esses Congressos tivessem recolhido boa soma de trabalhos originais - muitos deles simples depoimentos, sem consistência científica, mas também alguns de primeira qualidade - muito mal fizeram à inteligência do problema do negro. Várias organizações surgiram, por

essa época, com o qualificativo de *afro-brasileiras*, orientando as suas atividades de acordo com o que se supunha, na concepção popular, que fosse o ponto de vista científico. Destas, destaquei, dada a sua importância e permanência, a Orquestra Afro-Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Parece incrível que os estudos do negro, tentados, na melhor das hipóteses, com o objetivo de lhe fazer justiça, fossem repercutir com um tom de exaltação que a sua precariedade não justificava. Mas foi o que aconteceu. O negro, que por essas alturas do século já era um velho cidadão brasileiro, identificado com as vicissitudes da nossa gente, se fez mais ainda, para os estudiosos e para os elementos negros de elite, um estrangeiro.

Os males dessa fase afro-brasileira talvez se tenham revelado melhor alguns anos mais tarde, em 1950, quando da realização do Congresso do Negro Brasileiro, na Guanabara (hoje município do Rio de Janeiro). A experiência das Frentes Negras, exploradas pelos políticos profissionais, já era uma advertência. Com o Congresso, um avultado grupo de pequeno-burgueses e burgueses intelectualizados de cor tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro, a fim de adornar o problema de acordo com a inspiração, a fórmula e a solução norte-americanas. Que outra coisa se poderia esperar de quase vinte anos de saudosismo, de busca da África, de “personalidade cultural” do negro, de porquê-me-ufano da contribuição do escravo?

Lembremos que Nina Rodrigues não tinha tais intenções. Escreveu ele, já em 1890, que *“tout nous porte à condamner la parité que l'on cherche à établir entre nous et les peuples des États-Unis”* e, mais tarde, em *Os africanos no Brasil*, estabeleceu a seguinte fórmula do problema nacional do negro: “futuro e valor social do mestiço ária-africano no Brasil”. Eram “múltiplas”, na sua opinião, as feições do problema - a do passado (história), a do presente (negros crioulos, mestiços e brancos) e a do futuro (mestiços e brancos crioulos). E, finalmente, sabemos que partia de um ponto de vista, sem dúvida, errado - “o critério científico da inferioridade da raça negra” -, que de modo algum pode ser responsabilizado pela noção da superioridade do negro, e não da igualdade fundamental das raças humanas, disseminada entre a pequena burguesia de cor através da leitura superficial dos trabalhos posteriores.

Esta americanização forçada do problema - que felizmente atinge apenas um segmento insignificante da população de cor - bastaria por si só para convencer os nossos cientistas da necessidade ele reorientar os estudos do negro.

*

Enfim, precisamos recomeçar. E, para recomeçar no bom caminho, urge que abandonemos, conscientemente, as premissas de que partiram os estudos

anteriores e reajustemos a nossa posição - ou seja, que nos beneficiemos com as lições da experiência. A fase afro-brasileira, que na prática se estende pelo menos até 1950, está definitivamente encerrada.

Para muita coisa servirão, sem dúvida, os dados colhidos nas investigações anteriores. Sem elas, sem aproveitar delas o que têm de positivo, que não é pouco, não poderemos passar adiante - e encarar o negro como um brasileiro de pele preta, que por sinal vai rapidamente perdendo essa característica da cor. Com efeito, o negro, por força de circunstâncias históricas, jamais esteve isolado do resto da população - nem mesmo quando se refugiou nos quilombos ou se lançou à insurreição armada. Como estudá-lo, portanto, senão com *uma* das parcelas do povo, como *um* dos elementos do quadro social, como *um* dos pormenores da paisagem? A valorização inconsiderada do negro, a que assistimos nestes últimos vinte anos, não levou em conta a reciprocidade de influências. Se certas formas culturais africanas permaneceram, outras desapareceram por completo. Se o negro, com a sua presença, alterou certos traços do branco e do indígena, sabemos que estes, por sua vez, transformaram toda a vida material e espiritual do negro, que hoje representa apenas 11% da população (1950), utiliza a língua portuguesa e na prática esqueceu as suas antigas vinculações tribais para interessar-se pelos problemas nacionais como um brasileiro de quatro costados. Tudo isso significa que devemos analisar o particular sem perder de vista o geral, sem prescindir do geral, tendo sempre presente a velha constatação científica de que a modificação na parte implica modificação no todo, como qualquer modificação no todo importa em modificações em todas as suas partes.

O interesse com que nos devemos lançar à pesquisa não deve cifrar-se, mecanicamente, à descoberta de sobrevivências nem à verificação sumária da influência do negro, mas captar os processos *atuais*, de cada época e de cada região, por meio dos quais certos traços se conservaram em relativo estado de pureza, outros pereceram e ainda outros, dotados de maiores atrativos, encontraram o caminho para a sua aceitação social. A busca desses processos, que foram muitos e variados, deve ter uma finalidade duplamente útil - reconstituir as etapas vencidas pelo negro como parte da sociedade brasileira e retirar deles o ensinamento que contenham para a solução dos problemas nacionais. E, para falar com franqueza, não estou muito certo de que a antropologia, tão cheia de si por haver descoberto o ovo de Colombo da cultura humana, possa cumprir a contento esta simples tarefa.

A reorientação destes estudos significa, para os pesquisadores, a liquidação do esoterismo que os tem cercado e, conseqüentemente, o encerramento definitivo do espetáculo do negro. E, para que esta reorientação redunde na melhor qualidade dos estudos, tornam-se necessárias melhor capacitação científica e maior dose de pesquisa, condições que valorizam e dão permanência a trabalhos desta natureza,

e maior probidade na apresentação dos resultados da observação - a sua exata localização no tempo e no espaço e a resistência mais decidida às generalizações, sem dúvida fáceis, que têm viciado o pensamento brasileiro nestes últimos anos.

Talvez assim possamos reunir uma bibliografia mais vasta e sobretudo mais fidedigna dos muitos aspectos da realidade brasileira de que o negro tem sido parte.

*

Felizmente para nós, a experiência de vinte anos de erros flori numa perspectiva de trabalho pacífico, agradável e fecundo em que os cultores das ciências sociais - que secretamente, e talvez sem a clara consciência disso, desejavam - poderão tomar parte a fim de enriquecer o conhecimento do homem e da sociedade nacionais.

Não devemos deixar passar esta oportunidade excepcional.

(1953)

Referências

- PIERSON, Donald. *O candomblé da Bahia*. Curitiba, 1942 (incluído no livro do mesmo autor, *Branços e pretos na Bahia*).
- POURCHET, Maria Júlia. "Contribuição ao estudo antropológico da criança de cor". Bahia. in: *Actas do XXVII Congresso Internacional de Americanistas*. México, 1939.
- VÁRIOS AUTORES. Estudos afro-brasileiros. Trabalhos apresentados ao *Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934)*. Rio de Janeiro, 1935.
- _____. Novos estudos afro-brasileiros. Trabalhos apresentados ao *Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934)*. Rio de Janeiro, 1937.
- _____. O negro no Brasil. Trabalhos apresentados ao *Congresso Afro-Brasileiro da Bahia (1937)*. Rio de Janeiro, 1940.